

ARTIGO

DA DISTENSÃO POLÍTICA À NOVA REPÚBLICA:
APONTAMENTOS SOBRE A VITÓRIA OPOSICIONISTA NO
COLÉGIO ELEITORAL

Resumo

A abertura política promovida pelo regime militar remonta ao governo Geisel (1974-1979). Do início da distensão ao anticlímax representado pelo falecimento do presidente eleito no Colégio eleitoral, o processo de redemocratização enfrentou distintos desafios. Baseado na percepção de que o regime discricionário não poderia mais se legitimar no robusto crescimento de outrora, o restabelecimento da normalidade político-institucional sobreviveu às restrições da chamada “linha-dura” do exército, fortaleceu-se com a campanha das “Diretas-já” e assistiu, por fim, à articulação que levou José Sarney à chapa oposicionista. Abandonado pelas lideranças políticas, Sarney viu-se obrigado a buscar nas ruas a legitimação que faltava ao seu governo.

Palavras-Chave: Abertura política; Nova República; José Sarney.

Abstract

The political openness promoted by the military regime dates back to Geisel's administration (1974-1979). From the beginning of the distension to the anticlimax represented by death of the president elected in the Electoral College, the democratization process faced different challenges. Based on the perception that the discretionary regime could no longer be justified by robust economic growth of the past, the restoration of political and institutional normality survived the restrictions of the “hard-line” Army, was strengthened with the campaign of “Diretas-já” and watched, finally, the joint that led José Sarney to opposition plate. Abandoned by political leaders, Sarney was forced to seek in the streets the legitimation missing to his government.

Keywords: Political openness; New Republic; Jose Sarney.

*Doutor em Economia, professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico Universidade Federal do Paraná (UFPR).

1. INTRODUÇÃO

A distensão política promovida pelos governos militares esteve envolta a desdobramentos os quais ultrapassam o momento histórico da redemocratização. A articulação social, a reorganização partidária e a oportunidade para experimentações heterodoxas na economia não refletem apenas o *zeitgeist* da Nova República, mas também contribuíram para emoldurar a realidade do Brasil atual.

Tema recorrente na literatura política, esse evento não carece de análises diversas, das críticas às entusiastas, tecidas por distintos autores, incluindo aqueles por cujas mãos o processo foi levado a cabo. Assunto polêmico, sofreu revisões e recebeu qualificações das mais variadas ordens. A relevância da abertura para a realidade do Brasil contemporâneo exige análise abrangente, que confira a todas as suas particularidades a dimensão pertinente dentro do processo de transformação por que passa o país desde 1985.

Morosa e hesitante desde o seu início, a marcha da redemocratização baseou-se na percepção de que, diante da crise econômica internacional dos anos 1970, o regime discricionário perdera um de seus mais importantes pilares de legitimação. A anistia concedida em 1979 já evidenciava a necessidade de descompressão do sistema político, a qual não haveria de escapar, porém, do controle do generalato.

Do início da abertura durante o governo Geisel ao anticlímax representado pelo falecimento do presidente eleito no colégio eleitoral, o restabelecimento da normalidade político-institucional assistiu à articulação que levou Sarney – um político cujo nome evocava identificação imediata com os governos autoritários – a ocupar a vice candidatura da chapa oposicionista. Esta aparente contradição foi suplantada através da hábil composição que selou a aliança com Tancredo Neves, o qual, embora responsável direto pela vitória da Aliança Democrática, veio a falecer sem jamais assumir o posto.

Neste sentido, este trabalho tem o objetivo de problematizar aquele momento histórico, demonstrando que a argúcia política responsável pela formação híbrida da chapa peemedebista foi a mesma que, anos mais tarde, minou a legitimidade do governo quando da ascensão de José Sarney à Presidência da República.

Para tanto, dividiu-se o artigo em quatro partes, além desta breve introdução. Na seção dois, discorre-se acerca do início do processo de distensão política durante o governo Geisel. A seguir, analisa-se o desmonte do regime militar durante o mandato de João Baptista Figueiredo. No terceiro ponto, aborda-se acerca da campanha das “Diretas-já” e da articulação que levaram à vitória da oposição no colégio eleitoral. Por fim, tecem-se as considerações finais.

2. A ABERTURA DO GOVERNO AUTORITÁRIO

O processo de distensão política patrocinado pelo regime militar remonta ao período em que o general Ernesto Geisel ocupou a Presidência da República, entre os anos de 1974 e 1979. Diversas foram as medidas adotadas pelo governo que permitem interpretação neste sentido. Ciente da inevitabilidade de se transmitir o poder central aos governantes civis, o ministro-chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, desempenhou papel basilar na garantia de uma abertura, pelo presidente assim condicionada, lenta, gradual e segura¹.

A sucessão do presidente Emílio Garrastazu Médici, em 1973, já revelara a preponderância dos oficiais comprometidos com o abrandamento da “Revolução” de 31 de março em detrimento dos que articulavam em sentido contrário. A indicação do então presidente da Petrobras, Ernesto Geisel, para a disputa da eleição indireta pela Aliança de Renovação Nacional (doravante, Arena) selou, em definitivo, a hegemonia dos oficiais chamados castelistas² dentro das forças armadas.

O presidente Geisel afeiçoou a abertura política na adoção de medidas hesitantes, colidentes e repletas de nuances³. Conforme assinala Couto (1998, p. 147), “a necessidade da abertura era ideia antiga de Geisel e Golbery, que foi sendo operada e ampliada, de modo improvisado, às vezes contraditório, conforme o balanço de poder e a evolução da realidade militar e política.” Recebidas com entusiasmo por setores da oposição e pela sociedade civil, as intenções do governo acarretaram fissuras no seio do partido oficial.

Por imperiosidade moral ou puro pragmatismo, o fato é que a distensão do regime, a despeito dos reveses pontuais, parecia ter se tornado irreversível a partir da posse do quarto mandatário militar. O cálculo do general-presidente não exigia reflexão elevada: procurando assumir o papel de árbitro em vez do de ditador, Geisel restringia o espaço para o surgimento de problemas que não poderia controlar. Desejoso estava de descomprimir o regime, “desde que tivesse a prerrogativa de dizer qual, como e quando.” (GASPARI, 2004b, p. 35). Estratagem, este, que se provou adequado tendo-se em vista a relativa calma social observada durante grande parte dos onze anos de sobrevida garantidos aos militares. Era a chamada “liberalização a partir de dentro”, conforme expressão cunhada por Skidmore (1988, p. 321).

1 Segundo o ex-ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, “Golbery tinha consciência da senectude do regime e da inviabilização de sua permanência pela crise econômica.” (in COUTO, 1998, p. 148).

2 Grupo de militares ligados ao Marechal Humberto de Alencar Castello Branco os quais demonstravam comprometimento com a restauração das instituições democráticas.

3 Ainda em 1976, o presidente Ernesto Geisel declarava: “temos que fazer abertura, não arrombamento.” (in COUTO, 1998, p. 197).

A primeira ação concreta no rumo da descompressão foi a própria incorporação da ideia, ainda que de forma contida, ao discurso oficial. De certa maneira, a abertura legitimava o agente que a promovia, uma vez que este já não se podia jactar do exuberante crescimento econômico observado no governo anterior. Indicativo máximo da intencionalidade deste movimento foi o paulatino processo de alheamento da chamada “linha dura”, ala do exército refratária ao arrefecimento do regime e à revogação do Ato Institucional número 5 (AI-5).

A realidade cotidiana demonstrava que, na segunda metade dos anos 1970, já se respiravam ares menos opressivos. O MDB obtivera eloquente vitória nas eleições parlamentares de 1974, dobrando seu número de deputados federais e multiplicando por três o total de senadores oposicionistas, resultado, este, que foi plenamente reconhecido pelo governo. Considerava-se real e efetivo o empenho realizado no sentido de se minorar a censura imposta aos meios de comunicação, estendida até mesmo aos veículos mais conservadores, como “O Estado de S. Paulo”⁴.

Ainda que menos frequentes, as bárbaras sessões de tortura e os assassinatos políticos cometidos nos porões do regime não sucumbiam como se esperava. Mas já não passavam incólumes diante da outrora plácida opinião pública, como ocorrera durante o governo anterior. A resistência a este tipo de prática poderia não brotar do humanismo dos novos ocupantes do Palácio do Planalto. Mas a percepção de que, se mantida esta conduta, o feitiço poderia atuar contra o próprio Feiticeiro, precipitou a jornada vertical, partida do cume, contra as selvagerias promovidas pelo aparelho repressor do Estado.

Além disso, assistia-se ao alvorecer de manifestações dos mais diversos atores organizados da sociedade civil, os quais se encontravam silenciados desde 1968. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sob a presidência do jurista Raymundo Faoro, voltou a disseminar sua mensagem pró-liberalizante de maneira mais contundente agressiva. A Igreja Católica, liderada pelo cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, constituiu-se em verdadeira trincheira na luta pela defesa dos direitos humanos. Ao final da década, um novo sindicalismo fazia-se ouvir nos arredores da capital paulista. Sob a vociferante batuta de Luiz Inácio da Silva, trabalhadores desafiaram as forças policiais promovendo greves cujas reivindicações ultrapassavam as insatisfações dentro da linha de montagem e faziam coro à causa da liberalização política. Por fim, uma classe outrora entusiasta da “Revolução” passou a engrossar a voz dos críticos ao regime autoritário. Os empresários não se

4 Para Golbery, o fim da censura “não libertaria forças incontroláveis do liberalismo (de “O Estado de S. Paulo”): ‘sairá o jornal conservador que ele é. Mais conservador do que eu.’” (in GASPARI, 2004b, p. 21).

engajaram em causas políticas propriamente ditas, mas passavam a registrar com incisividade suas insatisfações relacionadas a questões econômicas. Na interpretação de Couto (1998, p. 134), “pouco a pouco, a liberalização deixava de ser meramente unilateral e concessiva para tornar-se um processo interativo.”

O presidente Geisel estava ciente de que o sucesso da abertura dependia do banimento cirúrgico do epicentro político do grupo de oficiais refratários à liberalização. Sabia que o êxito da maior causa política de seu governo dependia de uma operação bem sucedida no seio das forças armadas. Segundo o próprio presidente, a descompressão “tinha que caminhar a passo lento [...], pois exigia manter e capitalizar prestígio, confiança e respeito no meio militar.” (in COUTO, 1998, p. 142).

Diante deste cenário, o primeiro passo consistia em isolar o principal nome da “linha dura”. Após meses de conflitos – velados, no início, explícitos, com passar do tempo –, o afastamento do ministro do Exército Sylvio Frota mostrava-se imperativo. Independente em relação ao presidente, Frota comportava-se como um ostensivo adversário da política de liberalização do regime conduzida pelo governo. Chegara ao cargo três anos antes, pela morte do titular. Sua maior credencial residia em sua absoluta falta de expressão política. Por entre o comportamento muitas vezes permissivo de seu superior hierárquico, soube galgar posições que sustentassem suas crescentes aspirações presidenciais.

Sem consultar o Alto Comando Militar, em uma jogada marcial, de nenhuma visibilidade pública, Geisel convocou o ministro ao Alvorada – em uma Brasília esvaziada, inclusive e principalmente, de militares –, na manhã de 12 de outubro de 1977, onde travaram o elucidativo diálogo:

- Frota, nós não estamos mais nos entendendo. A sua administração no ministério não está seguindo o que combinamos. Além disso você é candidato a presidente e está em campanha. Eu não acho isso certo. Por isso preciso que você peça demissão.
- Eu não peço demissão – respondeu Frota.
- Bem, então vou demiti-lo. O cargo de ministro é meu, e não deposito mais em você a confiança necessária para mantê-lo. Se você não vai pedir demissão, vou exonerá-lo⁵ (in GASPARI, 2004a, p. 22).

Primeira vitória incontestada do processo de abertura.

5 Fiel às suas raízes antidemocráticas, Sylvio Frota deu mostras de que não sucumbiria calado. Segundo Gaspari (2004a p. 25), “até o início da noite, quando passou o cargo ao general Fernando Belfort Bethlem, escolhido para substituí-lo, tentou acionar os dispositivos de um golpe de Estado.”

A liberalização do regime encontraria, contudo, obstáculos salientes até a sua total edificação. O chamado “Pacote de abril”, de 1977, respondeu por um destes pontos de retrocesso. Diante do avanço da oposição sobre as cadeiras do Legislativo nas eleições de 1974, o governo gestara uma série de reformas político-eleitorais, impostas sobre um Congresso fechado, a fim de garantir maioria à Arena no escrutínio de 1978⁶. Dois anos antes, outra intervenção casuística na legislação eleitoral já havia emudecido os candidatos. A chamada “lei Falcão” permitia que apenas o nome e o rosto dos candidatos fossem exibidos no horário eleitoral, podando-lhes o direito de discursar.

No último dia do ano de 1978, a pouco mais de dois meses do fim de seu mandato, o presidente Ernesto Geisel promoveu a mais clara e efetiva medida até então tomada rumo ao fim do regime discricionário. No bojo das reformas votadas em outubro – em especial, a emenda constitucional nº 11 – aprovou-se a lei que revogaria o AI-5. Sucumbia, assim, o instrumento institucional responsável pelas maiores arbitrariedades cometidas pelo regime militar. A despeito de alguns artigos que salvaguardavam poderes extraordinários ao Executivo, avanço irreversível fora compreendido rumo ao fim da estrutura autoritária.

O afastamento dos áulicos da “linha-dura” praticamente assegurara o nome de um castelista à sucessão de Geisel. No entanto, empenhado em não repetir o equívoco de 1967 – quando um grupo de militares radicais articulou exitosamente o nome de Costa e Silva à presidência, apesar da luta obstinada do marechal Castello Branco e aliados contra seu ex-ministro da Guerra –, Geisel comprometeu-se pessoalmente na escolha do nome arenista. Descartada a opção Golbery, em função de sua já avançada idade e dos problemas de saúde dela decorrentes, o nome do ainda hesitante chefe do Sistema Nacional de Informação (SNI), general João Baptista de Oliveira Figueiredo, emergia naturalmente no quadro sucessório.

Frequentador assíduo do núcleo do poder havia mais de uma década, Figueiredo adquirira um cabedal de conhecimentos que o habilitara a ocupar o cargo. Antes de ser o candidato favorito, era o favorito a candidato da dupla que maior influência exercia sobre a Arena. Geisel e Golbery consideravam-no influenciável. Lapidável, apesar de folclórico. Fiel politicamente ao primeiro, ligado pessoalmente ao segundo, a quem sempre se dirigia como “senhor”, Figueiredo reunia as características ideais para comandar o país. Em 14 de outubro de 1978, o colégio eleitoral contabilizou

6 As principais medidas contidas no “Pacote” foram assim arroladas por Gaspari (2004b, p. 365): eleições dos governadores manter-se-iam indiretas; a escolha de um terceiro senador por unidade da federação seria delegada unicamente ao Executivo; alterou-se o cálculo de representação dos estados na Câmara dos Deputados, baseado agora no tamanho da população e não mais na do eleitorado; e dividiu-se o estado do Mato Grosso em dois.

355 votos para a chapa da Arena, composta por Figueiredo e Aureliano Chaves, contra os 266 concedidos ao general Euler Bentes Monteiro e seu vice, Paulo Brossard, ambos do MDB.

A despeito da aparente postura por vezes vacilante, o legado político do governo Geisel mostrou-se concreto e relevante. No Planalto, não se questionava se a abertura deveria ser levada a cabo ou não, mas sim como procedê-la. Tal convicção poderia não estar necessariamente edificada sobre ideais democráticos, mas o pragmatismo da dupla Geisel-Golbery logrou em desmontar o regime de modo inteligente e eficaz.

3. O CREPÚSCULO DO REGIME MILITAR

O processo de distensão política foi mantido e aprofundado durante o governo do general Figueiredo (1979-1985). Ator de importância ímpar para o ocaso controlado do regime que ajudara a estabelecer, o presidente anunciou já em seu discurso de posse seu “propósito inabalável fazer deste país uma democracia”. Homem de sensibilidade elevada⁷, reafirmou, mais tarde, seu compromisso com a abertura: “é para abrir mesmo, e quem quiser que não abra eu prendo e arrebento.” (*in* COUTO, 1998, p. 256). A manutenção do general Golbery do Couto e Silva na chefia do gabinete civil evidenciava o compromisso do novo presidente com os propósitos liberalizantes do governo anterior.

Várias e variadas eram, contudo, as intempéries que se avistavam no horizonte da década que se iniciava. A crise econômica internacional com origem no segundo choque do petróleo (1979) imporia limitações insuperáveis à manutenção das expressivas taxas de crescimento econômico a que se assistiu na década de 1970. Não cabia mais ao governo escolher ou recusar uma recessão. Diante da negativa por parte do presidente em se adotar uma estratégia de contenção de gastos, o ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, demitiu-se ainda no primeiro ano do mandato. Seduzido pela esperança de um novo “milagre”, Figueiredo trouxe Delfim Netto de volta à esplanada dos ministérios com o mesmo poder e *status* de outrora⁸.

Apesar da urgência que o cenário econômico requeria, foi política a primeira grande manobra adotada pelo novo governo. Em agosto de 1979, seis meses após

7 Figueiredo eternizou diversos lampejos verbais de destaque no anedotário político brasileiro. Teria proferido o general-presidente frases do calibre de: “prefiro cheiro de cavalo a cheiro do povo”; “gaúcho é gigolô de vaca”; “cavalo e mulher a gente só conhece depois que monta”; e “se eu ganhasse salário mínimo, eu dava um tiro no coco”, entre outras (*in* COUTO, 1998, p. 256).

8 Em seu discurso de posse, Delfim Netto tentou ratificar – em vão, como provou a história – a aura mística que sobre ele pairava ao anunciar: “senhores, preparem seus arados e suas máquinas: nós vamos crescer.” (*in* CRUZ, 1984, p. 69).

assumir o cargo, o presidente patrocinou medida a partir da qual se tornou irreversível o itinerário rumo à democracia, e que é considerada como o cume do processo de desconstrução do regime autoritário: a anistia política. Tradição nacional, o consentimento deveria ser, desta vez, bilateral. Amplo, geral e irrestrito. Considerada vital para o apaziguamento dos ânimos, a dualidade com que fora concedida a anistia era considerada fator *sine qua non* para se banir o temor de revanchismos. Os militares temiam por seus pares que sabidamente haviam extrapolado a legalidade e que trariam ônus político incalculável ao partido governista caso fossem condenados por violação dos direitos humanos.

A anistia precipitou uma série de eventos políticos que viria a catalisar o fim do regime, em 1985. Com a nova lei dos partidos políticos, de dezembro de 1979, assistiu-se a importante rearranjo partidário promovido, principalmente, por lideranças repatriadas. No campo governista, a Arena transformou-se, coerentemente, no Partido Democrático Social (PDS). O agora Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) manteve-se como bastião da oposição, abrigando os principais nomes que se opuseram ao regime autoritário. Tancredo Neves uniu-se ao seu histórico adversário Magalhães Pinto para, juntos, formarem o moderado Partido Popular (PP), em cujas fileiras passaram a atuar dissidentes arenistas e do velho MDB⁹. A sigla do PTB foi calculadamente entregue pelas autoridades eleitorais a Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio e figura politicamente inexpressiva. A manobra obrigou Leonel Brizola a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), posicionando-se à esquerda no trabalhismo político. E o Partido dos Trabalhadores (PT), com base no novo sindicalismo paulista, reuniu setores da Igreja Católica e da intelectualidade para ocupar o papel da esquerda radical. Dessa forma, rompida estava a unidade oposicionista, fratura tão cara à antiga estratégia eleitoral do governo militar.

Eventos de relevância maior para sepultar qualquer ambição política remanescente nos representantes da “linha-dura” foram as explosões ocorridas durante a comemoração do dia do trabalho, em 1981, no Rio de Janeiro. O terrorismo de direita se manifestava desde as primeiras medidas liberalizantes adotadas pelo governo Geisel, sendo as redações dos semanários de esquerda, e até as bancas de jornal que os comercializavam, os principais alvos.

Se ação isolada ou previamente orquestrada por patentes superiores, o fato é que a bomba que sorrateiramente estourou sobre dois militares civilmente trajados

9 Segundo Rodrigues (1986, p. 291), o PP “conseguiu afirmar-se como bomba de sucção de elementos liberais e/ou conservadores que antes engrossavam os quadros da Arena, reunindo, ao mesmo tempo, faixas do emedebismo histórico e do populismo cartorial.”

durante os *shows* no Riocentro estilhaçou o eventual projeto de candidatura do general Octávio de Medeiros, chefe do SNI e, agora, o principal nome da ala repressiva do exército. O próprio presidente Figueiredo atribuiu às explosões o isolamento definitivo dos radicais: “talvez a bomba [...] tenha sido um benefício para a abertura. Porque, com ela, cessou tudo.” (in COUTO, 1998, p. 302). A hesitante condução da apuração do caso vitimou, contudo, o principal expoente da trincheira pró-abertura. A dúbia e condescendente posição do governo em relação ao atentado inviabilizou a permanência de Golbery na Casa Civil, que veio a renunciar quatro meses após o atabalhado episódio.

O infarto sofrido pelo presidente Figueiredo em 18 de setembro 1981 não testou apenas a resistência de suas artérias coronárias. As sete semanas de afastamento a que foi submetido ratificou a irrevogabilidade da abertura. A transmissão ainda que temporária do cargo ao primeiro político civil desde o início do regime não veio acompanhada apenas de significado simbólico. Os recentes impedimentos de José Maria Alkmin e de Pedro Seixas – quando das circunstâncias que impossibilitaram Castello Branco e Costa e Silva de exercerem suas atividades –, haviam constituído precedentes acintosos. A posse de Aureliano Chaves, porém, foi garantida pelo ministro do Exército, Walter Pires de Albuquerque. Dois anos depois, em julho de 1983, quando da viagem do presidente aos Estados Unidos para cirurgia de ponte-safena, Aureliano assumiu novamente o posto por seis semanas sem qualquer interferência concreta da área militar. Atestava-se mais uma vez o enfraquecimento perene da “linha-dura”.

As eleições de novembro de 1982 vieram a contribuir de maneira decisiva para o sepultamento do regime militar. Votar-se-ia pela primeira vez em candidatos para todas as esferas de governo, exceto a presidencial. Os fantasmas de 1974, contudo, não permitiriam brechas para novos resultados desfavoráveis. Já no início daquele ano, aprovou-se reforma eleitoral em cujas letras observou-se clara intenção de asfixiar os partidos de oposição, sendo o mais vistoso deles a inevitável incorporação do PP ao PMDB¹⁰.

As urnas não demonstraram, porém, leniência por parte do eleitorado em relação ao PDS. Apesar de manter a maioria no Congresso Nacional e, portanto, no futuro colégio eleitoral, o governo assistiu a vitórias maiúsculas da oposição por todo o país, como a conquista dos governos estaduais em São Paulo, Rio de Janeiro,

10 O governo estava decidido a minimizar quaisquer chances de derrota. Em maio daquele ano, providenciou projeto de emenda constitucional que arrolava uma série de novas regras eleitorais que visavam limitar as chances de vitória da oposição, dentre as quais: extensão do prazo para filiação partidária; ampliação do número de deputados federais; criação do estado de Rondônia; adiamento da eleição presidencial indireta; alteração da composição do colégio eleitoral, entre outras (COUTO, 1998).

Minas Gerais e Paraná. As previsões do SNI mostraram-se corretas: sem interferências casuísticas, o PDS teria sido massacrado no pleito. E em nome do governo.

Esta simbólica porém fragorosa derrota eleitoral sofrida pelo governo, somada aos efeitos da grave crise econômica que se arrastava havia anos, vieram a armar o palco ideal para as contestações populares as quais incitaram a proposição de emenda constitucional que propunha eleições presidenciais diretas.

4. DAS “DIRETAS-JÁ” AO COLÉGIO ELEITORAL

Definida a data de votação da proposta de emenda constitucional número 5, apresentada pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) em abril de 1983, verdadeira aura libertária tomou as ruas do país. De início cauteloso, a campanha por eleições diretas para presidente da República ganhava vida própria a cada nova manifestação. Reprimido havia vinte anos, o desejo popular em se fazer representar politicamente encontrou na empreitada cívica sua tradução perfeita. Em poucos meses, a campanha recebeu a adesão dos mais variados segmentos da sociedade. Às lideranças políticas juntaram-se personalidades televisivas, esportistas, intelectuais e sindicatos, além de grande parte da já mobilizada imprensa, contribuindo para instigar ainda mais o clima de contestação em que o país se encontrava.

Conduzia-se a articulação em duas frentes: a mobilização popular e a atuação direta junto aos parlamentares a fim de se reverter a vantagem numérica do PDS no colégio eleitoral. A votação aberta favorecia a coação do reduzido número de eleitores. A despeito do constrangimento que a campanha desejava impor àqueles que pregavam voto contrário a causa tão reclamada pela sociedade brasileira, as lideranças do movimento eram cétricas quanto às chances de vitória.

Nas ruas, a campanha arrebatava corações e mentes, tornando-se cada vez mais caudalosa. Em junho de 1983, o primeiro comício do PMDB reuniu tímidas cinco mil pessoas em Goiânia. Aos poucos, as principais capitais do país passaram a assistir a manifestações não vistas havia mais de duas décadas. As aglomerações, mescla de civismo e entretenimento, formavam-se prontamente face às convocações realizadas pelos líderes da campanha. Acercando-se do dia da votação, Rio de Janeiro e São Paulo conheceram a apoteose do movimento. Em 10 de abril de 1984, a capital fluminense reuniu mais de oitocentas mil pessoas que bradavam por sufrágio direto. Seis dias depois, mais de um milhão de cidadãos fizeram do vale do Anhangabaú o palco final da romaria pelo direito de se eleger diretamente o presidente da República.

O clamor popular, contudo, não logrou vitória imediata¹¹. No dia 25 de abril de 1984, em sessão que durou mais de 16 horas, a emenda recebeu 298 votos favoráveis, 22 a menos do que o necessário para ser aprovada. A ampla base parlamentar do governo, com orientação expressa do Palácio do Planalto, postergou por mais quatro anos o sonho das eleições diretas. Foi o primeiro golpe na renascente esperança da sociedade brasileira. Derrotado temporariamente, o movimento valera por si só.

Concomitantemente à campanha pelo sufrágio direto, contenda paralela entre os caciques peemedebistas que almejavam ter seu nome alçado à cédula mostrava-se inevitável. Dentro do partido, o número de políticos habilitados a liderar a chapa oposicionista era suficiente para inviabilizar a unanimidade. A disputa, contudo, resumiu-se à polarização entre o governador de Minas Gerais, Tancredo de Almeida Neves, e o deputado federal por São Paulo, Ulysses Silveira Guimarães.

Presidente nacional do partido, Ulysses construíra forte reputação como líder de oposição ao regime autoritário. Amplificador de fórmulas raramente ouvidas, contudo, passou a ser visto como ameaça à estabilidade econômica. Além disso, sua postura beligerante e pouco afeita a negociações com a elite das Forças Armadas resultou em restrições insuperáveis ao seu nome no seio militar, praticamente inviabilizando sua candidatura. Com a derrota da chamada “emenda Dante de Oliveira”, estas ressalvas pavimentaram o caminho para a unção de Tancredo como nome do PMDB ao pleito indireto.

Era claro ao governador mineiro que, no caso de eleições diretas, seria o de Ulysses, e não o seu, o nome ideal para a disputa. Mais evidente ainda fora o contraste entre engajamento do deputado paulista pela aprovação da emenda e a postura calculadamente resignada de Tancredo. Ulysses Guimarães não descartava a ideia de boicotar o colégio eleitoral caso corroboradas fossem as eleições indiretas, possibilidade jamais aventada pelo seu oponente interno. Deriva da sua crença real na vitória da emenda a alcunha de “Senhor Diretas”. Para o então senador Fernando Henrique Cardoso, “ele estava convencido da autonomia das ruas”. Resignado, Ulysses atribuiu à defecção do governador paulista a ausência de apoio ao seu nome: “eu poderia ter sido o candidato das indiretas, mas o Montoro não me apoiou. Aí outros tiveram dificuldade em fazer isso. O presidente regional do partido [o senador FHC]

11 Sob o pretexto de evitar que partidários das “Diretas-já” coagissem os legisladores, o governo decretou estado de emergência em Brasília no dia da votação. Em resposta, os manifestantes desfilarão pela esplanada dos ministérios acionando as buzinas de seus veículos. O caricato general Newton Cruz, responsável pela execução da medida, proporcionou, então, cena inimaginável: como se fustigasse seu alazão, brandiu seu chicote sobre os capôs dos automóveis, reforçando a imagem de impotência e desespero com que o regime militar chegava ao seu fim (SKIDMORE, 1988, p. 471).

não poderia me apoiar se o governador não me apoiou.” (DIMENSTEIN *et al.*, 1985, p. 79-81). Ao final de junho de 1984, em um jantar no Palácio das Mangabeiras, Ulysses anunciou a retirada de sua pré-candidatura e aderiu não oficialmente ao nome de Tancredo.

No partido do governo, o ponto de ignição da sucessão presidencial dera-se quando da viagem do presidente aos Estados Unidos para tratamento de sua cardiopatia, em meados de 1983. A longa ausência do general incitou as primeiras movimentações dos postulantes pedessistas ao posto. Nome naturalmente destacável pela natureza do cargo que ocupava, o vice-presidente Antônio Aureliano Chaves de Mendonça teria sua pré-candidatura catapultada de dentro do próprio Palácio do Planalto. Figueiredo não assimilou a desenvoltura e independência com que exercera a presidência nas duas oportunidades em que se licenciou por motivos de saúde.

A esta recíproca e insuperável desconfiança deveu-se a consolidação do pacto não oficial firmado entre Aureliano e Tancredo. Convencido de que a sucessão do último presidente do regime militar passaria por Minas Gerais, o vice-presidente, já ciente de que não seria ungido por seu partido como candidato situacionista, foi ao Palácio da Liberdade onde subscreveu o seguinte acordo tácito com o governador mineiro: aquele que não fosse candidato ofereceria ao outro apoio explícito e efetivo. Tratava-se do germe que posteriormente viria a implodir o PDS a menos de dez meses da eleição no colégio eleitoral.

O número de pré-candidatos do partido governista facilitou a tarefa dos articuladores políticos do PMDB. Aos primeiros sinais das manobras com vistas à sucessão presidencial, quase uma dezena de postulantes apresentava seus nomes ao pleito. Os principais aspirantes à vaga pedessista, entretanto, eram o vice-presidente da República, Aureliano Chaves, o senador pernambucano Marco Antônio de Oliveira Maciel, o ministro do Interior, Mário David Andreazza e o ex-governador de São Paulo e deputado federal, Paulo Salim Maluf.

Aureliano reunia qualidades destacáveis. Mineiro, de comprovada capacidade técnica e elogiável postura moral, encontrou nas já citadas restrições pessoais do presidente Figueiredo sua maior barreira para galgar apoio interno. O gaúcho Mário Andreazza, coronel do exército, contava com um influente grupo de apoio na cúpula do governo¹² e entre os governadores do partido. Titular de diferentes pastas desde o governo Costa e Silva, esteve por trás de obras públicas nos setores de habitação,

12 Ainda que não o apoiasse explicitamente, Andreazza contava, ao menos, com a indiferença do presidente Figueiredo. O ministro esbarrava, contudo, no veto militar do grupo de Geisel em função do apoio oferecido a Costa e Silva em 1967, contrariando o desejo de Castello Branco.

saneamento e eletrificação, o que lhe rendeu formidável rede de contatos país afora. Além disso, coordenou a construção de projetos portentosos, como a rodovia Transamazônica e a ponte Rio-Niterói, ícones dos governos militares. As denúncias de corrupção que sobre ele pairavam, entretanto, contribuíram fortemente para minar as chances de consenso ao redor de seu nome.

Paulo Maluf causava apoplexia na esquerda, no centro e em setores do próprio PDS. Seu nome despertava paixões. Descrivê-lo era tarefa que exigia adjetivos extremados, fossem hostis ou elogiosos. Pertencente a uma rica e influente família de industriais libaneses que emigrara para São Paulo, fazia política com base na concessão de favores pessoais. Dessa forma ganhou a indicação para o governo de São Paulo na convenção da Arena em 1978, desafiando as instruções do governo federal, que apoiava o ex-governador Laudo Natel. Eleito deputado federal em 1982, foi a Brasília aparar as arestas que lhe ameaçavam o caminho rumo ao Palácio do Planalto.

À postura aparentemente indolente e desinteressada assumida pelo presidente Figueiredo, que ora parecia querer permanecer no cargo, ora se mostrava ansioso para deixá-lo, não faltava um componente racional: a aventada possibilidade de ter seu mandato prorrogado em mais dois anos. A calculada delegação da tarefa de escolha de seu sucessor às instâncias partidárias atuaria neste sentido: “como não antevejo a possibilidade de alcançar o consenso que almejava, restituo a coordenação ao meu partido.” (*in* DIMENSTEIN *et al.*, 1985, p. 12).

Durante meses, Figueiredo não amparou nem encampou nenhuma das várias postulações à candidatura oficial¹³. Até meados de 1984, o presidente considerava a possibilidade da prorrogação de seu mandato: “eu só admito continuar aqui se o povo encher essa praça e me pedir pra ficar.” (*in* DIMENSTEIN *et al.*, 1985, p. 30). Ideia esta que foi materializada pela proposta enviada ao Congresso Nacional em cujas letras se sugeria que fossem adotadas eleições diretas somente em 1988. Se receava ou não indicar um nome incapaz de bater o de Maluf na convenção, ou o de Tancredo no colégio eleitoral, o fato é que sua postura hesitante em muito colaborou para o desgaste interno do PDS. Estava engatilhada, assim, a implosão do partido oficial.

O germe da fissura remonta à posse da legislatura 1983-1987, quando os novos deputados requisitaram mais espaço para atuação político-parlamentar e apre-

13 Sua restrição em apoiar qualquer candidato do PDS era ampla, geral e irrestrita. Na campanha de Maluf, enxergava seus novos desafetos, Golbery e Heitor Aquino. Considerava o ex-governador paulista arrogante, prepotente, despreparado e despojado de escrúpulos: “o turco não sentará na minha cadeira de maneira nenhuma.” (*in* DIMENSTEIN *et al.*, 1985, p. 15). Sobre Aureliano: “não quero.” Acerca de Mário Andreazza: “humilde demais.” E a respeito de Tancredo, por trás de quem via os interesses de Sarney e de Aureliano: “Tancredo Never.” (COUTO, 1998, p. 355).

sentaram chapa de oposição ao grupo oficial dos caciques pedessistas no diretório nacional (CANTANHÊDE, 2001, p. 18). Atuando nos bastidores da manobra, seus líderes eram os mesmos que viriam a oficializar o apoio à candidatura do PMDB seis meses antes da eleição: os senadores Marco Maciel (PE), Jorge Bornhausen (SC) e Guilherme Palmeira (AL).

As projeções vislumbradas pelos artífices da cisão bastaram para que o grupo, decidido a evitar a eleição de Maluf, propusesse à oposição o nome de um candidato consensual. Além disso, conforme argumenta Reale (1992, p. 17), a inclinação da opinião pública à candidatura de Tancredo Neves, vista desde logo como a mais indicada para uma delicada fase de transição, condicionou e legitimou a decisão dos dissidentes pedessistas. No início de junho, após meses de sinais contraditórios emitidos pelo presidente da República e da inesperada longevidade da pré-candidatura de Maluf, Aureliano rompeu com o imobilismo e passou a articular publicamente a aliança com Tancredo Neves.

No dia 11 deste mês, por ocasião da reunião da comissão executiva do PDS, o presidente do partido, José Sarney, arriscou uma manobra com objetivo de enfraquecer a candidatura de Maluf¹⁴. A proposta de realizar uma ampla consulta em todos os diretórios estaduais tinha por finalidade aparente viabilizar o nome do vice-presidente, uma vez que Aureliano Chaves, seu principal adversário, mantinha autoridade incontestável junto às bases pedessistas. Insatisfeito, Maluf recorreu ao presidente Figueiredo, que condicionou a realização das prévias à aceitação entre todos os pré-candidatos. Diante da oposição do deputado paulista, Sarney renunciou à presidência do partido em resposta ao veto velado do general à ampla consulta partidária. A futura dissidência do PDS era mais do que um sinal de repulsa a Maluf; tratou-se, também, de um movimento de contestação ao presidente da República e ao seu governo.

Ato contínuo, Aureliano Chaves e Marco Maciel retiraram oficialmente seus nomes da disputa no início do mês subsequente. Em 11 de agosto, Paulo Maluf venceu Mario Andreazza por 493 a 350 votos na convenção do partido, sagrando-se candidato oficial do PDS à Presidência da República. Estava consolidado o caminho para a formação da ampla coalização de apoio à candidatura de Tancredo Neves.

O governador mineiro sabia que desta cisão dependeria a vitória do PMDB. A chamada Frente Liberal rompeu com o partido do governo e oficializou seu apoio

14 Em rara cena de belicosidade, Sarney assumiu ter participado da reunião armado de um revólver calibre 38. Motivo: a pressão insuportável dos aliados de Maluf. Apesar da tensão e da beligerância que marcaram o evento, o senador conteve, a contragosto, seus impetuosos pistoleiros: “eu confesso que estava até um pouco frustrado, por não a ter utilizado.” (in COUTO, 1998, p. 352).

ao PMDB, selando, em 7 de agosto de 1984, a coligação denominada Aliança Democrática. Entre os dissidentes, articulava-se a escolha do quadro que comporia a chapa com Tancredo. O nome do senador pernambucano Marco Maciel contava com a preferência de setores relevantes do grupo e do próprio candidato peemedebista. Político promissor de um estado historicamente tradicional, Maciel era considerado ideologicamente mais “leve” que Sarney, nome excessivamente ligado à UDN, à Arena, ao regime militar e ao próprio PDS.

Um capricho legislativo, contudo, excluiria do grupo dos selecionáveis aqueles que haviam sido eleitos já pelo PDS. Perderia o mandato o parlamentar que se opusesse “por atitudes ou pelo voto” às diretrizes das cúpulas dos partidos pelos quais haviam sido eleitos, compelindo-os, portanto, a votar em Paulo Maluf. Era o caso de todos os líderes da Frente Liberal, com exceção do senador alagoano Luiz Cavalcanti e do seu par maranhense, José Sarney, eleitos em 1978 pela extinta Arena (CANTANHÊDE, 2001, p. 26).

Bifurcado, Tancredo pendia para o nome de Cavalcanti, por ele considerado mais discreto ao mesmo tempo em que não se deixava subjugar pelos militares. Por imposição da Frente Liberal – e em especial, de Aureliano Chaves –, contudo, o nome de Sarney foi o escolhido para compor a chapa oposicionista que iria ao colégio eleitoral. Em 12 de agosto, na convenção do PMDB, Tancredo recebeu 656 votos, com 32 brancos e nulos. Sarney obteve 543 votos, com 143 brancos e nulos, oficializando a chapa oposicionista que enfrentaria Paulo Maluf e Flávio Marcílio (COUTO, 2001, p. 83). O compromisso inicial do recém-ingressado senador maranhense era filiar-se ao PMDB para depois vir a se tornar um dos fundadores do Partido da Frente Liberal, em janeiro de 1985, e exercer a vice-presidência pelo novo partido. Não pôde cumpri-lo, contudo, pois se sabia que o governo da esperança cabia ao PMDB e não àqueles que passaram a empunhar suas causas no último instante.

De acordo com Mendonça (2005, p. 168), deveu-se ao profundo conhecimento que possuía de seu ex-partido a opção por José Sarney. A credencial de ex-presidente do PDS o gabaritava para prospectar outras adesões à candidatura da Aliança Democrática, trunfo de vital relevância na missão de implodir seu antigo partido. Para Skidmore (1988, p. 485), sua personalidade acomodaticia e sua ascendência nordestina, fato que poderia desviar votos de Maluf, foram fatores determinantes em sua escolha. Além disso, a proximidade de Sarney com alguns dos maiores expoentes militares, como o general Leônidas Pires Gonçalves, que viria a ocupar o Ministério do Exército em seu governo, atuava em benefício de seu nome.

Além disso, em muito contribuiu para a formação do amplo apoio costurado em torno do nome de Tancredo Neves a confiança que um político conservador, experiente e de gestos comedidos inspirava não apenas na alta cúpula militar, mas também entre as nascentes lideranças civis. A candidatura do governador mineiro não representava uma chapa puramente oposicionista, tendo em vista que o lançamento de seu nome provocou uma cisão real e irreconciliável entre os membros da própria elite política autoritária. Tancredo propunha a conciliação nacional, à qual era imprescindível o apoio dos militares. Para tanto, negou reiteradamente qualquer tipo de represália aos membros do regime autoritário.

A despeito da tentativa de se evitar que fosse outorgado ao pleito a noção de confronto, era patente o caráter plebiscitário conferido à eleição indireta, conforme a análise de Soares:

A projeção de valores positivos sobre a imagem do candidato da Aliança Democrática resultou, sobretudo, das circunstâncias didaticamente dicotômicas e maniqueístas da disputa. O crescimento da candidatura, junto às faixas mais amplas da opinião pública, deveu-se mais à polarização e aos efeitos do contraste com Maluf do que propriamente às qualidades de Tancredo [...]. Não era preciso desejar a vitória de Tancredo para torcer por ela, bastava desejar a derrota de seu adversário (SOARES, 1993, p. 154).

A força da ideia de se romper definitivamente com o regime autoritário podia ser traduzida, assim, pela expressão cunhada pelo próprio candidato: sua vitória representaria o início de uma nova era, de uma “Nova República”.¹⁵ Esta clareza premeditada, do rompimento com algo velho e da inauguração de um novo momento buscava, paradoxalmente, a conciliação entre o povo e o regime militar.

O clima de vitória que envolveu a campanha da Aliança Democrática no segundo semestre de 1984 negligenciava, contudo, riscos não desprezíveis. Não eram diminutos os vários percalços por que sua candidatura ainda teria que passar: além da supracitada proposta de prorrogação do mandato do presidente Figueiredo, ecoavam pela capital federal rumores de manobras golpistas por parte de setores militares radicais ou de um possível boicote ao colégio eleitoral via desistência da candidatura de Maluf.

Tancredo receava um *putsch* em Brasília comandando pelo general Newton Cruz. Temendo a possível ação golpista, a assessoria do candidato chegou a preparar um plano de fuga da capital, possivelmente para Curitiba ou Belo Horizonte.

15 Para Faoro (2008, p. 35), porém, “o adjetivo do nome tentava mascarar os velhos arranjos e monótonos métodos de conciliação da política brasileira.”

Reforçava esta desconfiança a notória antipatia que Geisel e Figueiredo nutriam pelo ex-governador mineiro. Todo o receio, entretanto, foi afastado diante da garantia oferecida pelo ministro do Exército, general Walter Pires, de que o comando militar asseguraria a posse de qualquer um dos candidatos vencesse o pleito.

No caso do aborto da candidatura de Maluf, havia o temor de lançamento de uma candidatura de “união nacional”, com o apoio do grupo dissidente do PDS que havia embarcado na Aliança Democrática. A trama fora articulada, à revelia do candidato, pelo seu coordenador de campanha, Calim Eid, em dezembro de 1984. Eid fez chegar a Aureliano Chaves a proposta de que, caso este desfizesse a aliança com Tancredo, o deputado paulista apoiaria seu nome. Mas Paulo Maluf recorreu à ética que sempre lhe pautou a biografia para explicar por que não desistiu de concorrer, ainda que mínimas fossem as suas chances de vitória:

Por uma questão de princípio [...]. Eu fui, vamos dizer, um pouco de boa-fé, pra não dizer inocente, por ter acreditado nas palavras de todos, porque todos depois foram para o Tancredo. [...] Andrezza, vamos ser muito claros, lavou as mãos. Mas eu tinha ficado preso somente com a minha palavra e bem com a minha consciência. Eu não traí. [...] Eu não concordei. Eu joguei um jogo só, joguei limpo, joguei sem segundas intenções (*in* COUTO, 2001, p. 95).

A iminente vitória do PMDB no colégio eleitoral não poderia ser creditada somente à bem sucedida arquitetura política costurada entre as lideranças no Congresso Nacional. A comoção nacional que se abateu sobre a opinião pública foi fundamental para constranger eventuais parlamentares propensos a votar no candidato apoiado pelo desmoralizado governo militar que batia em retirada. O voto secreto, que na convenção do PDS mostrou-se essencial para garantir a vitória de Maluf, foi o mesmo que lhe faltou na eleição no colégio eleitoral. Coagidos pela voz das ruas, os parlamentares ratificaram o desejo por mudanças. Neste sentido é que se pode afirmar que a derrota das “Diretas-já” pavimentou a inicialmente hesitante candidatura de Tancredo e condenou a campanha situacionista, qualquer que fosse o nome indicado. A sociedade organizada foi decisiva mesmo na eleição indireta.

Brasília, 15 de janeiro de 1985. O candidato oposicionista recebeu 480 votos do Colégio Eleitoral contra 180 de seu adversário¹⁶, elegendo-se, assim, o primeiro presidente civil após 21 anos de regime militar. A transição democrática, porém, ainda

16 Tancredo recebeu 275 votos do PMDB (de um total de 280) e 166 do PDS. Maluf obteve 174 votos de seu partido, de um total de 356. O restante da oposição contava com 50 votos. Houve 17 abstenções e 9 ausências (SKIDMORE, 1988, p. 486).

não estava garantida. Após três meses de trabalho incessante e de luta diária contra a doença que fustigava-lhe o corpo, Tancredo foi internado às pressas no Hospital de Base de Brasília, a menos de 14 horas da posse. O país mergulhava em um clima de perplexidade e de agonia.

Diante da urgência de intervenção cirúrgica, o presidente eleito implorou para que lhe operassem somente no dia seguinte:

Eu peço pelo amor de deus: me deixem até amanhã e depois de amanhã façam de mim o que quiserem. Mas eu tenho a obrigação. É um compromisso que eu tenho. Eu sei de fonte fidedigna que o Figueiredo não dá posse ao Sarney (in COUTO, 2001. p. 98).

Ludibriado por Francisco Dornelles, seu sobrinho e futuro ministro da Fazenda – o qual lhe assegurara, mesmo despossuído de qualquer garantia, que o presidente daria posse tanto a Sarney quanto a Ulysses –, Tancredo consentiu em ser operado ainda naquela madrugada.

Reunidos em uma sala do hospital, a cúpula do Congresso Nacional e a nova equipe do governo discutiram à exaustão quem deveria tomar posse: se o vice-presidente eleito ou o presidente da Câmara dos Deputados. Pressões de todas as ordens ensejavam a posse de Ulysses Guimarães; PMDB e os militares à frente. A recusa peremptória do deputado paulista¹⁷, entretanto, precipitou a decisão dos caciques, já na madrugada do dia da posse, pelo nome de Sarney.

Palácio do Planalto, 15 de março de 1985, 9 horas da manhã. A restrição de Figueiredo ao ex-líder de seu partido fez com que o general cogitasse a hipótese de dar posse até ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves. A Sarney, jamais. Juridicamente vencido, mas não convencido, o presidente se recusou a transmitir a faixa presidencial a seu desafeto, saindo pela porta dos fundos do palácio momentos antes da chegada da comitiva do novo governo. José Sarney assumiu interinamente o governo da Nova República. Após trinta e oito dias de agonia, o já esperado falecimento de Tancredo Neves viria a perenizar – e, em última análise, a estigmatizar – o deslegitimado mandato de seu vice.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seqüência de fatos históricos que levou José Sarney à Presidência da República responde por parcela significativa da crise de legitimidade que açoitou os cinco

17 Anos depois, Ulysses Guimarães revelaria: “eu não fui bonzinho coisa nenhuma. Segui as instruções do meu jurista. O meu ‘Pontes de Miranda’ (general Leônidas Pires Gonçalves) estava lá fardado e com a espada me cutucando que quem tinha de assumir era o Sarney.” (in COUTO, 2001, p. 101).

anos de seu mandato. As inúmeras aspirações políticas, reprimidas havia duas décadas pelo regime autoritário, terminaram por estreitar ainda mais o já tênue equilíbrio de forças sobre o qual o presidente governou o país.

Atribui-se sua fragilidade ao posicionamento político apresentado durante os anos 1970, período em que edificou sua carreira escurado por todos os governos militares. Senador pelo estado do Maranhão e presidente nacional do PDS até junho de 1984, Sarney atuou deliberativamente para garantir a sobrevivência do regime discricionário e, por consequência, postergar o retorno do país à normalidade democrática. Seu nome somente foi alçado à chapa oposicionista através de uma hábil manobra patrocinada pelo recém-criado Partido da Frente Liberal. Vice-presidente, teria desempenhado papel fundamental na articulação do governo da Nova República. Confirmado como chefe de Estado, contudo, passou a sofrer os efeitos deletérios da crise política tão logo fora noticiado o falecimento de Tancredo Neves.

Egresso da mais antiga e conservadora linhagem de políticos nordestinos, a figura de Sarney contrastava diretamente com os propósitos que haviam derrotado Paulo Maluf no colégio eleitoral. Ávida por mudanças, a sociedade brasileira negou apoio àquele que havia trabalhado explicitamente para derrotar a emenda das eleições diretas. A rejeição popular contribuiu para que o *establishment* nacional se arredasse ainda mais do já contestado presidente, lançando-o em um verdadeiro vácuo político.

A história brasileira recente sugeria ao novo presidente que seria necessário, portanto, repartir para atrair o hesitante apoio político de sua base parlamentar. Utilizando-se das práticas públicas mais tradicionais, Sarney cortejou o hesitante apoio dos partidos que formavam a Aliança Democrática através da concessão de cargos e recursos orçamentários. Abandonado por seu próprio partido, recorreu ao suporte do PFL, cuja fidelidade, contudo, foi insuficiente para garantir a mínima estabilidade na relação com o Parlamento. Acuado, o presidente foi buscar nas ruas a legitimação que faltava ao seu governo.

A adoção de medidas econômicas de ampla repercussão foi, portanto, o modo pelo qual o presidente instrumentalizou as tentativas de conferir popularidade ao seu governo. A primeira e principal delas foi o lançamento do Plano Cruzado, em fevereiro de 1986. Exitoso em seu objetivo político, o sucesso inicial do plano heterodoxo de estabilização elevou Sarney à efêmera condição de estadista durante oito meses, período em que atingiu os mais elevados níveis de aprovação já auferidos por um presidente brasileiro.

A lógica de se arcar com custos tão elevados quanto os decorrentes desta ruptura internacional não carecia, portanto, de um preciso cálculo político. A esperada retaliação externa pouco influenciaria a decisão diante da desde sempre presente necessidade, por parte presidente José Sarney, de galgar a adesão dos mais diversos setores da sociedade brasileira. É neste sentido que se justifica a racionalidade política das medidas heterodoxas de ampla repercussão junto à opinião pública. Ao apelo chauvinista da moratória não faltou embasamento técnico. O pretendido bônus político, entretanto, mostrou-se decisivo para persuadir um presidente da República com as credenciais supracitadas a patrocinar medida de tamanha excentricidade.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, A.; DINIZ, E. (orgs.). *As dimensões da crise*. Continuidade e mudança no Brasil da Nova República. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

CANTANHÊDE, E. *O PFL*. São Paulo: Publifolha, 2001.

CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

COUTO, R. da C. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

CRUZ, P. R. D. C. *Dívida externa e política econômica*. A experiência brasileira dos anos 70. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIMENSTEIN, G. et al. (org.). *O complô que elegeu Tancredo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: JB, 1985.

FAORO, R. *A democracia traída*. Entrevistas. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, F. *A transição prolongada*. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das letras, 2004a.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das letras, 2004b.

LAMOUNIER, B. *et al.* (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

MENDONÇA, D. de. A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários . Veja e Isto é. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 164-185, Jan./Jun. 2005.

REALE, M. *De Tancredo a Collor*. São Paulo: Siciliano, 1992.

RODRIGUES, N. *Brasil provisório: de Jânio a Sarney*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTAYANA, M. *Conciliação e transição: as armas de Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, W. G. dos. *Estratégias de descompressão política*. Brasília: Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso, 1973.

SOARES, L. E. *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

